

Empresários podem propor redução de salário

Trabalhadores poderão voltar a sentir no bolso os efeitos da crise econômica internacional

LILIANA PINHEIRO

Empregados da indústria, do comércio e do setor de serviços vão sentir no bolso, muito brevemente, os efeitos da crise financeira internacional e seus reflexos sobre o Brasil. Empresários começam a acreditar que chegou a hora de estudar uma das teses mais pessimistas para os trabalhadores que já surgiram na economia: a manutenção da atual oferta de empregos via redução da remuneração dos empregados.

Na prática, institutos de pesquisa já apontam para isso quando registram queda de rendimentos, ou da massa salarial, mesmo quando o número de ocupações se mantém estável ou aumenta um pouquinho. A questão é tornar, ou não, isso uma prática generalizada, aceita pelos sindicatos, considerada em negociações e prevista em convenções coletivas.

Ninguém defende isso, mas muitos não vêem outra saída. “Nessa conjuntura de crise externa e interna, a única variável na qual é possível mexer para manter a competitividade das empresas é na folha de pagamentos”, afirma Carlos Roberto Liboni, diretor da pesquisa de emprego da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “A demissão é uma forma burra de enfrentar uma crise, mas a alternativa é difícil: trocar o nível de remuneração pelo nível de emprego.”

Para manter o atual número de empregos, segundo empresários, seria necessário reduzir as folhas de pagamento. Isso vai acontecer de qualquer forma em muitos setores, via aumento ainda maior de rotatividade de mão-de-obra nos que não exigem especialização ou que contratam trabalhadores na



Luiz Paulo Lima/AE

Para Liboni, única alternativa é mexer na folha de pagamento

DEMIÇÃO É
FORMA BURRA DE
ENFRENTAR CRISE,
DIZ EMPRESÁRIO

informalidade – caso dos serviços e do comércio.

Na indústria, defende-se mudança breve da legislação e negociações que propiciem enxugamento das convenções coletivas, recheadas de vantagens conquistadas durante mais de uma década. Mas, mesmo sem mudanças, negociadores garantem que não há espaço para aumentos salariais de nenhuma espécie.

Metalúrgicos, químicos, plásticos, e tantos outros, com data-base em 1.º de novembro, que estão lançando suas campanhas salariais este mês e em outubro, têm pouca chance de conseguir reajustes, segundo os empregadores. Poderiam trocar aumentos por abonos, como ocorreu em várias categorias no ano passado, mas com a paradeira na

produção, toda a base industrial, composta de pequenas e médias empresas, hoje pressionadas pelas taxas gigantes de juros, não teriam capital para isso.

Por fim, as categorias poderiam negociar a participação nos lucros ou resultados (PLR), para serem pagas em duas parcelas em 1999, mas essa é hoje uma possibilidade das mais nebulosas. É que para receber a PLR, os empregados têm de cumprir metas de produção. E se a recessão se instalar no País no primeiro semestre, como analistas estão prevendo, nenhuma meta deve ser alcançada por falta de encomendas.

“Não consigo nem imaginar como serão negociações sobre PLR, com as perspectivas atuais”, diz o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos, Paulo Butori. “É difícil falar em resultados num mercado recessivo.” Liboni, diante da conjuntura, diz que lucro no Brasil deixou

de ser assunto. A meta agora é, segundo ele, “sobrevivência”. A palavra, lembrou, serve para empresários e para trabalhadores.

Butori já antecipou que as indústrias de autopeças vão demitir. Para ele, se a legislação não fosse tão rígida, muitos empregos poderiam ser salvos em momentos de crise. O desemprego, que já chegou a 18,9% da população economicamente ativa (PEA) em julho na Grande São Paulo, segundo o convênio Sea-de-Dieese, deve aumentar este mês, segundo todas as previsões, por conta do aumento da taxa de juros. Pressionados, sindicalistas já estão procurando negociações para evitar demissões.

Esta semana, o presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Paulo Pereira da Silva, vai procurar Butori para negociar mecanismos de manutenção dos empregados. “Pensamos em propor banco de horas, férias coletivas, licenças remuneradas, o que for”, afirmou. Sobre redução de salários, ele diz que não quer ainda falar, mas em casos extremos, reconhece que não está fora de cogitação.

Já o enxugamento das convenções coletivas, este sim está perto de ocorrer. O mesmo Sindipeças e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo escalaram técnicos para discutir cláusulas que provocam custos indesejáveis, como seguros e auxílios em caso de morte ou adicionais exagerados em horas extras.

Embora todos torçam para que os juros caiam rapidamente aos níveis de agosto e que cessem os ataques contra o Brasil, ninguém acredita que isso seria a salvação do trabalhador. O economista Antônio Corrêa de Lacerda, do Conselho Federal de Economia, acaba de lançar o livro *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira* (Editora Contexto), e sua análise é de que o Brasil se tornou refém dos juros altos. Segundo disse em entrevista ao *Estado*, dificilmente o País conseguirá crescer, e assim propiciar aumento de emprego e renda, tendo de administrar conjuntura internacional instável.